

33º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GT 18 - Elites e Instituições Políticas
1ª Sessão - Elites Políticas e Cargos Eletivos

A corrida eleitoral de 2008: vencedores e perdedores nas disputas para Prefeitura das capitais brasileiras*

Riberti de Almeida Felisbino

Dr. em Ciências Sociais, área Ciência Política

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', campus Araraquara/SP

Pesquisador Associado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia

✉ ribertialmeida@yahoo.com.br

SÃO PAULO
OUTUBRO DE 2009

* Este trabalho ainda está na sua versão preliminar, favor citar com parcimônia. Futuramente pretende-se inserir na nossa análise os vice-prefeitos e realizar alguns testes estatísticos, por exemplo, regressões, para melhor dimensionar as principais variáveis que orientam este estudo. Também é importante dizer que este trabalho foi realizado sem apoio financeiro e sem vínculo institucional.

Resumo

O trabalho tem como objetivo comparar os diferentes perfis de vencedores e perdedores ao cargo de prefeito das capitais brasileiras. Na nova ordem constitucional, o prefeito da capital desempenha importantes atividades que podem influenciar o dia-a-dia da população e a relação com outras esferas de governo, em especial a estadual. Os resultados indicam que i) entre os dois grupos existe uma homogeneidade das características sociopolíticas e ii) o grupo dos eleitos apresenta um recrutamento elitista. O recorte temporal de análise é o período das eleições municipais de 2008 e a técnica de coleta de dados foi baseada no método biográfico via internet.

Palavras-chave: município, prefeito, recrutamento e características sociopolíticas.

Resumen

Este trabajo compara los diferentes perfiles de los electos y no electos al puesto de concejal de las capitales brasileñas en las elecciones municipales de 2008. El concejal de la capital desarrolla importantes actividades que pueden influir en la población y en la relación con otros gobiernos, en especial con el gobernador de Estado. El procedimiento metodológico consistió en el análisis de los datos cualitativos y cuantitativos y en la técnica de coleta de datos fue basada en el método biográfico por el Internet. Los resultados obtenidos son: i) en los dos grupos existe una semejanza de las características sociopolíticas y ii) el grupo de los electos presenta un reclutamiento elitista.

Palabras clave: municipio, concejal, reclutamiento y características sociopolíticas.

Introdução

No ano de 2008, o Brasil completou vinte e dois anos de governo civil e dezenove anos de experiência democrática sob a égide de uma *Lege Majore*, promulgada em 05 de outubro de 1988, inaugurando o que os cientistas sociais

chamaram de nova República. Ao longo dos anos de 1989 a 2008, já ocorreram cinco eleições gerais¹ e, nas duas últimas, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva do PT, partido de esquerda, venceu a disputa eleitoral para presidente da República de 2002 com 61,3% dos votos válidos e foi reeleito no último pleito com 60,8% dos votos válidos. Depois do *impeachment* do ex-presidente da República Fernando Affonso Collor de Mello e com os resultados das últimas eleições gerais, os integrantes das elites estão mais experientes e conhecem muito bem as regras do jogo político democrático. Com a maturidade política dos membros das elites, hoje e não há como negar, a democracia brasileira está consolidada, pois as principais instituições que compõem essa forma de governo passaram por alguns testes políticos e institucionais e não se teme mais a volta dos militares ao poder.

Nos últimos anos, os cientistas sociais brasileiros, sobretudo os politólogos, vêm se interessando pelo estudo das elites, pois toda sociedade organizada seleciona os membros das elites para administrar as suas instituições e decidir por políticas públicas coerentes e eficientes. A explicação para tal interesse talvez esteja na promulgação da Constituição Federal de 1988, no resultado final do plebiscito de 1993, nas subsequentes reformas constitucionais e nas pequenas reformas eleitorais, pois os membros das elites estão experimentando mudanças significativas no sistema político e isto tem provocado um rearranjo na maneira com os integrantes do seletivo grupo político se interagem entre eles e com a própria estrutura institucional.

Tais mudanças definiram um desenho institucional que funciona até hoje e está composto pelas instituições descritas a seguir.

i) Sistema de governo: presidencialista.

ii) Modelo de Estado: federal.

iii) Sistema eleitoral: iii.i) representação majoritária com dois turnos (caso nenhum candidato receba pelo menos 50,0% dos votos no primeiro turno) e com maioria simples e iii.ii) representação proporcional com lista aberta. A representação com dois turnos é utilizada nas eleições para eleger o presidente da República, os governadores e os prefeitos de município com mais de 200 mil

¹ Eleições gerais: 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006.

eleitores; já a maioria simples é usada nas eleições para eleger os senadores e os prefeitos de municípios com menos de 200 mil eleitores. A representação proporcional com lista aberta é aplicada nas eleições para eleger os deputados federais, estaduais e vereadores.

iv) Sistema partidário: multipartidário.

v) Estrutura legislativa: bicameral, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Pode-se dizer que esse desenho institucional vem estimulando cada vez mais o interesse dos politólogos para entender a lógica do seu funcionamento. Esse interesse tem produzido inúmeros estudos sobre o desempenho das instituições que compõem esse desenho, em especial dos poderes Executivos e Legislativos, seja na esfera nacional ou subnacional. A literatura neo-institucionalista destaca que as instituições são importantes na análise do sistema político e, conseqüentemente, temos que acrescentar que os membros das elites também são relevantes, pois são eles que operam diretamente as instituições. Diante disto, a tarefa de compreender um sistema político torna-se mais difícil se nós não damos uma atenção especial aos membros das elites (MAINWARING, 2003, 1993).

Com este propósito, o trabalho dedica-se a estudar as elites na esfera subnacional, dando ênfase ao âmbito municipal, e as principais indagações que orientam este trabalho são: Quem nos governa? Que pessoas são essas que tomam as principais decisões que podem afetar o nosso dia-a-dia? As respostas podem ser encontradas no próprio processo de recrutamento (origem social, trajetória política, valores político-ideológicos etc) dos membros das elites que, por sua vez, pode contribuir para o entendimento do sistema político no âmbito local.

Nos últimos anos, as pesquisas sobre recrutamento dos membros das elites vêm ganhando adeptos no interior das Ciências Sociais, em especial da Ciência Política. No Brasil, de acordo com Perissinotto e Miríade (2008), "(...) as pesquisas que se identificam como estudos de recrutamento são, na verdade, análises do perfil sócio-econômico e profissional dos que 'chegaram lá', isto é, dos ocupantes dos postos mais importantes do sistema político brasileiro" (p. 2). Tal constatação revela que a maioria dos estudos debruça sobre o grupo que

obteve êxito na disputa eleitoral e deixa de lado os perdedores. O que os vencedores têm que os perdedores não têm? Seria o perfil dos vencedores diferente daquele encontrado no grupo dos perdedores? Este trabalho procura elucidar, empiricamente, estas indagações para o debate sobre o recrutamento dos integrantes das elites no âmbito local, dando destaque ao prefeito, pois, como veremos na segunda parte do trabalho, ele é importante para o gerenciamento das atividades locais e para o fortalecimento dos laços políticos entre o local e o estadual/nacional.

À luz destas considerações, o trabalho tem dois objetivos: i) comparar os diferentes perfis sociopolíticos dos vencedores e dos perdedores na corrida para o cargo de prefeito das capitais brasileiras nas eleições municipais de 2008 e ii) saber quais variáveis predominaram na disputa eleitoral, ou seja, quais foram as principais características sociopolíticas que conduziram os candidatos ao sucesso eleitoral. O objetivo deste trabalho é contribuir para a reflexão sobre o processo de recrutamento dos prefeitos eleitos para as capitais do Brasil no ano de 2008, mas não há a pretensão de esgotar a discussão. Esta é uma das possíveis interpretações, tão legítima quanto outras.

Para atingir os objetivos propostos, os dados foram coletados utilizando o método biográfico via internet e as páginas *webs* consultadas foram:

- i) <<http://cgi.folha.com.br/folha/especial/2008/eleicoes/busca.html>>.
- ii) <<http://www.politicodobrasil.com.br/>>.
- iii) <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>.

Os dados coletados passaram por uma análise de consistência, depois foram codificados e inseridos em planilhas computacionais do SPSS. Com o banco de dados preparado foi possível fazer uma análise mais detalhada das características sociopolíticas dos membros pertencentes aos dois grupos analisados. Como veremos, a forma como os dados são apresentados e discutidos, o trabalho é descritivo e os resultados divulgados não são conclusivos a respeito do objeto aqui estudado, pois seria necessário utilizar de outros métodos de pesquisas, como entrevista em profundidade, que possam apreender informações mais detalhadas sobre o objeto em discussão.

Com vistas a dar uma contribuição ao estudo sobre o recrutamento dos membros da elite local, sobretudo do prefeito das capitais brasileiras, o texto está organizado da seguinte maneira: na primeira parte, vamos discutir o município e o prefeito na nova ordem constitucional, dando destaque a autonomia municipal e a importância política do prefeito no interior do município; na segunda parte, vamos apresentar e discutir algumas variáveis (gênero, faixa etária, natural de, nível de instrução, grupo profissional, experiência executiva, gasto com campanha e bens patrimoniais) que possam caracterizar os vencedores e os perdedores. Também nesta segunda parte será realizado, na medida do possível, uma pequena comparação com outros grupos políticos, por exemplo, com os parlamentares da Câmara dos Deputados, para saber se existe ou não uma semelhança entre as diferentes elites; e na última parte, é reservada às considerações finais.

O município e o prefeito na nova ordem constitucional

A organização e o funcionamento dos governos municipais ensejam o florescimento do espírito público, a vocação para a vida política (SILVA, 1995, p. 30).

O prefeito não é um mero funcionário, mas o representante eleito pela população local para gerir os negócios municipais (SERRA, 1997, p. 28).

Os municípios brasileiros, desde 1824 até 1988, passaram por um processo de readaptação política, administrativa e econômica de suas instituições. A posição atual dos municípios é bem diversa da que ocuparam nos arranjos constitucionais anteriores. Comparado com o do período de 1946 a 1964, a autonomia municipal no atual regime democrático passou a ser exercida de direito e de fato nas administrações locais.

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil era constituído pela união dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios. Os municípios não eram qualificados como membros da Federação. A Carta Magna de 1988 representou um marco no processo de descentralização política no Brasil, ao reconhecer os municípios como entes da Federação e ao atribuir-lhes

maiores competências. No primeiro artigo da atual Constituição Federal pode-se observar o desejo dos constituintes com relação à formação da nação brasileira: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)” (CF², 1988, art. 1). Essa formação estabeleceu a competência de cada uma das esferas governamentais, que também estabelece o que lhes é vedado: os artigos 21 e 22 enumeram as matérias de competência exclusiva da União, enquanto o artigo 23 destaca as matérias de competência comum da União, Estados, municípios e Distrito Federal.

O mais importante do atual desenho constitucional, no que diz respeito ao processo de autonomia dos municípios, está no artigo 29: “O município reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará” (CF, 1988, art. 29). Observa-se que esse artigo coloca os municípios, em relação a sua autonomia, em posição privilegiada aos demais entes da Federação, pois não estão mais subordinados a qualquer autoridade estadual ou federal no desempenho de suas atribuições exclusivas. Cabe aos municípios, dentro de suas competências privativas, “legislar sobre assuntos de interesse local” (CF, 1988, art. 30, inc. I), em substituição à tradicional expressão ‘peculiar interesse’, que acompanhava todas as Constituições Federais republicanas anteriores.

O atual arranjo constitucional conferiu “(...) aos Estados e municípios ampla autonomia para legislar e arrecadar tributos próprios e para orçar, gerir, despender e fiscalizar seus recursos, além de reformatar tributos e descentralizar receitas” (PNUD, 1996, p. 57). Os Quadros 1 e 2 exibem algumas transferências de recursos estabelecidos aos entes da Federação.

² CF, Constituição Federal.

Quadro 1

Distribuição das transferências entre os diferentes níveis de governo

Da União para os Estados e Distrito Federal
- 21,5% da arrecadação somada do IR e do IPI para Fundo de Participação dos Estados. - 10,0% da arrecadação do IPI para o FREEEx. - 66,7% da contribuição do salário-educação. - 30,0% do IOF-ouro. - 100,0% do imposto de renda retido na fonte pelo tesouro local. - 20,0% dos tributos que sejam criados pela união.
Da União para os municípios
- 22,5% da arrecadação somada do IR e IPI para o Fundo de Participação dos Municípios. - 50,0% da arrecadação do ITR. - 100,0% do IRRF pelo tesouro local. - 70,0% do IOF-ouro.
Dos Estados para os municípios
- 25,0% dos recursos do FREEEx recebidos pelos Estados da União (equivalente a 2,5% do IPI). - 25,0% da arrecadação do ICMS. - 50,0% do IPVA.
Outras receitas compartilhadas
- Composição financeira pela extração de minerais. O produto da arrecadação deve ser distribuído: 23,0% aos Estados e ao Distrito Federal; 65,0% aos municípios e 12,0% ao Departamento Nacional de Produção Mineral. - Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos. O produto da arrecadação deve ser distribuído: 45,0% aos Estados e ao Distrito Federal; 45,0% aos municípios; 8,0% ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e 2,0% à Secretaria da Ciência e Tecnologia. - Compensação financeira pela exportação de petróleo, xisto, betuminoso e gás natural. O produto da arrecadação deve ser distribuído: 70,0% aos produtores; 20,0% aos municípios produtores e 10,0% aos municípios com instalação de desembarque.

Fonte: Mota Jr. (2002).

Quadro 2

Distribuição dos impostos locais e das transferências constitucionais

Recursos próprios	Transferências federais	Transferências estaduais
ISS	22,5% do IR e do IPI	25,0% do ICMS
IPTU	50,0% do ITR	50,0% do IPVA
ITBI		25,0% da parcela estadual da Cide

Fonte: Souza (2004).

Abrúcio e Franzese (2007) reconhecem que os entes da Federação obtiveram maior autonomia política, administrativa e financeira. Arretche (2002) também vê que a "(...) descentralização fiscal da Constituição de 1988 alteraram profundamente as base de autoridade dos governos locais" (p. 29). Em resumo, a partir da promulgação da Carta Magna de 1988, o poder político-econômico no Brasil foi descentralizado. Isto significa dizer que os governantes dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios passaram a ter mais liberdade na

distribuição dos recursos públicos para promover políticas públicas coerentes e eficientes.

Com tal importância e dando destaque ao município, os principais membros da elite local - os vereadores e o prefeito - ganharam relevância no jogo político, seja na esfera estadual ou federal, pois eles constituem peças fundamentais no gerenciamento das principais instituições que conduzem o município e, principalmente, nas disputas das eleições gerais, sobretudo na eleição do governador.

Em relação ao prefeito, ele é o porta-voz natural dos interesses e das reivindicações do município frente à Câmara Municipal, às outras esferas de governo e aos atores capazes de contribuir para o desenvolvimento do município. Não é segredo para os estudiosos da política e também é reconhecido pelos demais atores que o prefeito, em especial o chefe do poder Executivo da capital, tem uma forte influência no cenário político local. É por isto que, nas eleições gerais, ele é procurado pelos demais atores que estão em campanha eleitoral, pois ele pode ser um forte aliado nas disputas políticas entre os diversos grupos locais.

O prefeito, em simetria aos chefes dos Executivos dos governos federal e estadual, exerce as funções política, executiva e administrativa. Todas essas funções têm sua importância na relação com os demais poderes da República, organizações partidárias, movimentos sociais etc, mas a função política se destaca das demais devido a sua relevância nas atividades do prefeito. Dentre as funções políticas, cabe ao chefe do poder Executivo municipal apresentar projetos de leis à Câmara Municipal, sancionar, promulgar, fazer publicar e vetar as leis, convocar extraordinariamente os vereadores, quando necessário, e representar o município em todas as circunstâncias.

Considerando o acima exposto, pode-se indagar: Por que determinados candidatos são selecionados para exercer o cargo eletivo mais importante do município? A literatura sobre elites ressalta que parte da resposta pode ser encontrada nas características sociopolíticas dos candidatos. Os atributos sociais e políticos que circundam a vida dos postulantes a qualquer cargo eletivo são fundamentais para o estudo das elites. Noutras palavras, as características - por exemplo, família, sexo, faixa etária, formação escolar, ocupação profissional,

naturalidade, local de residência, patrimônio, gasto com campanha etc – são relevantes porque elas podem ajudar a construir um perfil sociopolítico dos membros pertencentes às elites. Também o estudo das características sociopolíticas pode indicar quais predominaram na disputa eleitoral, ou seja, quais atributos podem indicar os filtros que circundam o processo seletivo dos integrantes do distinto grupo político.

Desvendando as características sociopolíticas dos vencedores e perdedores para o cargo de prefeito

Gênero, faixa etária e natural de

A primeira característica que merece destaque refere-se ao sexo dos vencedores e perdedores. Estudos sobre recrutamento ressaltam que o percentual de mulheres que consegue entrar na elite é muito pequeno. A Tabela 1 mostra a distribuição do sexo, faixa etária e naturalidade no interior dos dois grupos.

Tabela 1
Distribuição do gênero, faixa etária e local por grupo
Eleições municipais, 2008

Sexo, idade e localidade	Grupos	
	Vencedores	Perdedores
Gênero		
Homem	92,3% (24)	81,9% (122)
Mulher	7,7% (2)	18,1% (27)
TOTAL	100,0% (26)	100,0% (149)
Faixa etária		
Até 29 anos	-*	4,7% (7)
De 30 a 39 anos	11,5% (3)	19,5% (29)
De 40 a 49 anos	42,4% (11)	35,5% (53)
De 50 a 59 anos	26,9% (7)	26,2% (39)
60 anos ou mais	19,2% (5)	14,1% (21)
TOTAL	100,0% (26)	100,0% (149)
Natural de		
Mesmo Estado	80,8% (21)	73,1% (109)
Outro Estado	19,2% (5)	26,2% (39)
Outro país	-	0,7 (1)
TOTAL	100,0% (26)	100,0% (149)

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas *webs* citadas na Introdução.

Obs.: * * Sinal para indicar N e % igual à zero.

O que se percebe é que entre os vencedores, 92,3% são homens, enquanto somente 7,7% são mulheres, já no grupo dos perdedores constata-se o mesmo fenômeno, ou seja, uma alta concentração do sexo masculino (81,9%). Tal comprovação não é surpresa nos estudos sobre as elites, pois o sexo masculino sempre predominou no seio do seletivo grupo político.

Para tentar amenizar o problema da participação das mulheres nas disputas eleitorais, os atores estão experimentando, desde 1995, um sistema de cotas para mulheres. De acordo com a Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (art. 11, § 3º). Essa nova lei foi aplicada nas eleições municipais de 1996 e os resultados, quando comparados com o do pleito de 1992, foram surpreendentes.

No pleito de 1992 foram eleitas 3.952 vereadoras e desse total, a região Nordeste foi a que mais elegeu mulheres, 1.629 vereadoras, enquanto a região Centro-Oeste foi a que menos elegeu mulheres, 157 legisladoras municipais (ARAÚJO, 2006). As outras regiões, o Sudeste, Sul e Norte elegeram,

respectivamente, 1.193, 537 e 436 do total. Nas eleições municipais de 1996, quando a Lei nº 9.100 foi aplicada, foram eleitas 6.536, que corresponde, quando comparado com o pleito de 1992, a 2.584 novas vereadoras a mais. Desse total, o Nordeste continuou sendo a região que mais elegeu mulheres, 2.498 vereadoras, enquanto o Centro-Oeste continuou sendo a região que menos elegeu vereadoras, 555 mulheres. As regiões do Sudeste, Sul e Norte elegeram, respectivamente, 1.774, 1.096 e 613 do total. No pleito de 2000 manteve a tendência de crescimento.

Com o bom resultado da Lei nº 9.100, em 1997, foi criada a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo que em todas as eleições, sejam elas municipais ou gerais, “(...) cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e no máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo” (art. 10, § 3º). É importante ressaltar que essa nova lei não especifica exatamente a reserva para as mulheres, mas deixa subentendido que os 30,0% são para elas. A Lei nº 9.504 foi aplicada nas eleições gerais de 1998 e os resultados, quando comparados com o do pleito de 1994, foram extraordinários. Nas eleições de 1994, do total de candidatos para o cargo de deputado estadual, 7,2% foram do sexo feminino e nas eleições gerais subseqüentes esse percentual subiu para 12,6%, em 1998 (ano de adoção das cotas), e 14,6%, em 2002, mas no pleito de 2006 caiu para 13,9% (ARAÚJO, 2006). Em relação às deputadas estaduais eleitas, no pleito de 1994 foram 7,8% e esse percentual pulou para 9,7%, em 1998, e 12,5%, em 2002. Essa tendência de crescimento, porém pouco lento, foi sentida na Câmara dos Deputados. No pleito de 1994, do total de candidatos para o cargo de deputado federal, 6,1% foram do sexo feminino e esse percentual cresceu nas próximas eleições, subindo para 10,3%, em 1998, 11,5%, em 2002, e 11,8%, em 2006. Com relação às deputadas federais eleitas, nas eleições gerais de 1994 foram eleitas 6,2%, mas no ano de adoção das cotas (1998), esse percentual caiu para 5,6% e nos pleitos subseqüentes subiu para 8,2%, em 2002, e 8,9%, em 2006³. Estas informações mostram certo crescimento da participação das mulheres nas disputas legislativas, mas quando damos atenção à disputa

³ Informações obtidas na página web <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/>>.

eleitoral para o cargo de prefeito das capitais brasileiras nas eleições de 2008, a presença das mulheres ainda é muito pequena. Com esta visão geral sobre a questão do gênero nas disputas eleitorais, seria interessante verificar se os partidos incorporaram o sexo feminino no pleito municipal de 2008.

Quando se olha para os partidos, a situação não muda, isto é, a presença de mulher que aspira ser prefeita é muito pequena e às vezes há partido que não possui postulante do sexo feminino. A próxima tabela exibe a distribuição do sexo entre as siglas partidárias.

Tabela 2
Distribuição dos partidos por grupo entre gênero
Eleições municipais, 2008

Partidos	Grupos			
	Vencedores		Perdedores	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
PT	83,3% (5)	16,7% (1)	61,5% (8)	38,5% (5)
DEM	100,0% (1)	-*	72,7% (8)	27,3% (3)
PSDB	100,0% (4)	-	85,7% (6)	14,3% (1)
PMDB	100,0% (6)	-	85,7% (6)	14,3% (1)
PCB	-	-	100,0% (7)	-
PC do B	100,0% (1)	-	42,9% (3)	57,1% (4)
PDT	100,0% (1)	-	75,0% (3)	25,0% (1)
PSB	100,0% (3)	-	100,0% (4)	-
PPS	-	-	83,3% (5)	16,7% (1)
PTB	100,0% (2)	-	100,0% (4)	-
PP	100,0% (1)	-	100,0% (5)	-
PSOL	-	-	90,9% (20)	9,1% (2)
PCO	-	-	57,1% (4)	42,9% (3)
PSTU	-	-	50,0% (5)	50,0% (5)
PSC	-	-	100,0% (4)	-
PMN	-	-	80,0% (4)	20,0% (1)
PV	-	100,0% (1)	100,0% (4)	-
PT do B	-	-	100,0% (3)	-
PTC	-	-	100,0% (4)	-
PR	-	-	100,0% (3)	-
PHS	-	-	100,0% (2)	-
PSL	-	-	100,0% (3)	-
PRB	-	-	100,0% (2)	-
PRTB	-	-	100,0% (3)	-
PSDC	-	-	100,0% (1)	-
PTN	-	-	100,0% (2)	-
TOTAL	24	2	122	27

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas webs citadas na Introdução.

Obs.: * * Sinal para indicar N e % igual à zero.

PT e PV foram os únicos partidos que elegeram mulheres para o principal cargo eletivo do município da capital, um caso cada legenda. No geral, a presença masculina é muito alta, não deixando espaço ao sexo oposto. O que chama atenção é o caso do PC do B e do PSTU, onde podemos observar uma participação equilibrada entre os dois sexos.

Como foi visto nos parágrafos acima, há mecanismos institucionais que incentivam as mulheres a participarem das disputas eleitorais, sejam elas para os cargos legislativos ou executivos, mas o que se pergunta é: Por que a participação das mulheres ainda é baixa? Aqui se concorda com Perissinotto e Miriade (2008, p. 3) quando eles afirmam que “o problema é que as mulheres carecem de um recurso político fundamental, qual seja, tempo para dedicar-se às tarefas partidárias”. As atividades laborais das mulheres comprometem uma relação mais estreita com os partidos e sabemos que a participação no seio da legenda partidária é importante para criar laços nas disputas políticas. Em outras palavras, se a interação da mulher com o partido é baixa, conseqüentemente diminui as chances do sexo feminino de participar das atividades políticas.

Voltando aos dados da Tabela 1, o exame da distribuição dos dois grupos por faixa etária demonstra que 64 casos estão na faixa dos 40 a 49 anos, sendo que 42,3% pertencem ao grupo dos vencedores e 35,6% ao grupo dos perdedores. Observando atentamente esta tabela nota-se um envelhecimento dos atores, pois 110 casos estão entre 40 a 59 anos, enquanto 26 casos têm 60 anos ou mais e somando os casos temos que 136 atores estão entre os que têm 40 a 60 anos ou mais, onde, 16,9% pertencem ao vencedores e para os perdedores o percentual sobe para 83,1%.

Ainda com relação à idade, cabe ressaltar que os estudos sobre recrutamento dos membros das elites apontam que dos 3.521 dos deputados federais eleitos ao longo dos anos de 1946 a 1999 (68,7% do total) têm entre 40 e 59 anos (SANTOS, 2003). Somando-se a faixa etária de 60 anos ou mais, esse percentual sobe para 81,2%, ou seja, desde 1946 até 1999, 4.090 parlamentares eleitos concentram-se na faixa dos 40 a 60 anos ou mais. Dos 513 deputados federais eleitos no pleito de 2006, 52,4% têm entre 45 e 59 anos e 21,8% estão na faixa de 60 anos e mais, isto significa dizer que 74,2% dos

parlamentares da 53ª Legislatura (2007-2011) concentram-se entre os que têm 45 a 60 anos ou mais. Comparando esses dados com os disponíveis para os grupos dos vencedores e dos perdedores, nota-se que os candidatos ao cargo de chefe do Executivo municipal é reprodução de um cenário em que predomina os atores que têm entre 40 e 59 anos. Em resumo, o alto percentual entre os que têm 40 e 59 anos pode ser um indicativo de que o recrutamento dos que aspiram ser prefeito de uma capital centra-se nessa faixa etária.

No tocante à naturalidade dos membros dos dois universos, julga-se necessário analisar o atributo natural de, pois ele pode nos dizer se os vencedores e os perdedores são ou não da mesma unidade da Federação. Na Tabela 1 podemos notar que entre o grupo dos vencedores há cinco casos onde o eleito para prefeito da capital não nasceu no Estado. Já no grupo dos perdedores esse número sobe para 39 casos, ou seja, eles não nasceram nos Estados onde estavam concorrendo para o cargo de prefeito da capital. Também podemos observar que entre os perdedores há um caso em que o postulante nasceu na Venezuela. Com relação aos vencedores, o Quadro 3 informa o Estado/residência e o Estado/mãe dos cinco eleitos.

Quadro 3
Estado/residência versus Estado/mãe
Eleições municipais, 2008

Estado/residência	Estado/mãe
Roraima	Pernambuco
Tocantins	Piauí
Rondônia	São Paulo
Sergipe	Alagoas
Mato Grosso	São Paulo

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas *webs* citadas na Introdução.

Com as fontes de coleta de dados utilizadas neste trabalho não foi possível saber os motivos da migração dos integrantes dos dois grupos analisados, esse deslocamento pode ter ocorrido na infância, quando era jovem ou, ainda, alguns meses antes das eleições municipais de 2008. Seria interessante realizar uma análise mais detalhada, nesse caso a entrevista em profundidade seria a técnica mais recomendada, para conhecer os motivos da migração.

Nível de instrução, grupo profissional e mandato executivo

Dando continuidade ao exame sociopolítico, o nível de instrução, profissão e experiência no mando do poder Executivo são outros indicadores relevantes para caracterizar o perfil dos membros da elite local. A Tabela 3 mostra a distribuição do nível de instrução no interior dos dois grupos.

Tabela 3
Distribuição do nível de instrução por grupo
Eleições municipais, 2008

Nível de instrução	Grupos	
	Vencedores	Perdedores
Primeiro grau completo	-*	-
Primeiro grau incompleto	-	-
Segundo grau completo	7,7% (2)	6,7% (10)
Segundo grau incompleto	-	2,0% (3)
Terceiro grau completo	80,8% (21)	77,9% (116)
Terceiro grau incompleto	11,5% (3)	13,4% (20)
Terceiro grau completo com pós-graduação	-	-
TOTAL	100,0% (26)	100,0% (149)

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas webs citadas na Introdução.

Obs.: * Sinal para indicar N e % igual à zero.

Antes de apresentar e discutir os dados sobre o nível de instrução deve-se ressaltar que no Brasil, entre os anos de 1991 a 2000, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 20,1% para 13,6%. Dados da penúltima *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, desenvolvida por pesquisadores associados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informam que, em 2007, o analfabetismo foi de 10,0%⁴. Também os dados mostram que o analfabetismo é desigual entre as regiões, por exemplo: a região Nordeste teve 19,9% de analfabetos, enquanto no Sul do país esse percentual foi de 5,4%. No entanto, apesar da queda na taxa de analfabetismo, 21,6% das pessoas de 15 anos ou mais de idade são analfabetas funcionais⁵. As regiões Nordeste e Norte apresentaram os maiores

⁴ Informações obtidas na página web <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2007/indic_sociais2007.pdf>.

⁵ O analfabetismo funcional é uma expressão usada pelos estudiosos da educação e significa que as pessoas com mais de 15 anos de idade possuem menos de quatro anos de estudos completos e têm dificuldades de interpretar textos e fazer as principais operações matemáticas.

percentuais de analfabetismo funcional, com 33,5% e 25,0% do total, respectivamente. Estas informações, quando comparadas o nível de instrução dos integrantes dos dois universos revelam certo elitismo na formação educacional superior no Brasil.

Os dados da Tabela 3 mostram outro Brasil, pois, a maioria dos membros pertencentes aos dois grupos tem um diploma de curso superior. Dando destaque ao ensino superior constata-se que a maioria dos membros dos grupos dos vencedores e dos perdedores concluiu o terceiro grau, respectivamente, com 80,8% e 77,9% do total. Estudos sobre recrutamento têm mostrado que, em geral, a educação superior constitui-se num trampolim ao privilegiado grupo político. Tal afirmação confirma-se com os dados apresentados, já que 21 casos do universo dos vencedores possuem um diploma universitário. Ainda cabe destacar que o nível de instrução, em especial o terceiro grau completo dos integrantes dos dois universos em análise, é semelhante ao que se verifica nos recentes estudos sobre as elites no Brasil.

Quanto a isto, para Santos (2003), no período de 1987 a 1999, 84,8% dos deputados federais tinham um curso superior, enquanto 15,2% tinham o primeiro ou o segundo grau. Perissinotto e Miríade (2008), ao analisarem os deputados federais eleitos em 2006, constataram que 80,5% dos parlamentares tinham um curso superior. Débora Messenberg ao analisar os membros da elite parlamentar do Congresso Nacional identificou, ao longo dos anos de 1987 a 1995, que 89,4% tinham nível superior (2002). Em seu trabalho recente, Messenberg (2006) descobriu, entre os anos de 1995 a 2004, que a maioria dos membros da elite parlamentar (88,9%) tinha diploma de curso universitário. Ao longo dos anos de 1995 a 2002, Felisbino (2007) identificou que 60,7% dos membros da elite parlamentar da Câmara dos Deputados tinham um diploma de terceiro grau.

Das dez legendas partidárias (PT, DEM, PSDB, PMDB, PC do B, PDT, PSB, PTB, PP e PV) que venceram as disputas eleitorais para o Executivo das capitais, sete tiveram membros que completaram os estudos universitários. O PMDB vem em primeiro lugar, com seis casos, acompanhado pelo PSDB, DEM, PT, PSB, PTB e PV, com, respectivamente, quatro, quatro, três, três, dois e um caso do total. Os dados mais interessantes estão no grupo dos perdedores,

onde o PSOL e o PT foram os partidos que mais tiveram integrantes que concluíram o ensino superior, com 16 e 12 casos cada sigla, seguido pelo DEM, PSDB, PMDB, PSTU, PPS e PCB, com, respectivamente, nove, sete, sete, seis, cinco e cinco casos do total. Os demais partidos (PC do B, PSB, PP, PCO, PSC, PDT, PTB, PTC, PR, PSL, PMN, PT do B, PHS, PRB, PV, PRTB, PSDC e PTN) tiveram menos de quatro participantes com curso superior. Os dados aqui apresentados sobre a escolaridade podem indicar que a fonte de recrutamento da elite do poder Executivo das capitais brasileiras está naqueles que possuem o ensino superior.

A distribuição da escolaridade vai refletir na ocupação profissional dos membros dos dois grupos. Alguns candidatos revelaram mais de uma ocupação e na tabela abaixo consta a primeira profissão declarada por eles. As profissões declaradas foram agrupadas em dez categorias: i) empresários urbanos, ii) empresários rurais, iii) profissionais liberais, iv) profissionais intelectuais, v) funcionários públicos, vi) profissionais da comunicação, vii) profissionais da docência, viii) profissionais manuais, ix) profissionais não-manuais e x) profissionais da política. A Tabela 4 mostra a distribuição dos grupos profissionais no interior dos universos analisados.

Tabela 4
Distribuição do grupo profissional por grupo
Eleições municipais, 2008

Grupo profissional	Grupos	
	Vencedores	Perdedores
Empresários urbanos	3,8% (1)	4,7% (7)
Empresários rurais	-*	0,7% (1)
Profissionais liberais	26,9% (7)	22,1% (33)
Profissionais intelectuais	-	2,7% (4)
Funcionários públicos	7,7% (2)	12,1% (18)
Profissionais de comunicação	7,7% (2)	1,3% (2)
Profissionais de docência	3,8% (1)	14,8% (22)
Profissionais manuais	-	2,0% (3)
Profissionais não-manuais	3,8% (1)	5,4% (8)
Profissionais da política	38,6% (10)	28,1% (42)
Outros	-	0,7% (1)
Não se aplica	-	0,7% (1)
Sem informação	7,7% (2)	4,7% (7)
TOTAL	100,0% (26)	100,0% (149)

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas webs citadas na Introdução.

Obs.: * Sinal para indicar N e % igual à zero.

Constata-se que boa parte dos membros do grupo dos vencedores é profissional da política e profissional liberal, com 38,6% e 26,9% do total, respectivamente. Quanto aos perdedores, eles estão mais concentrados em três grupos: profissionais da política, profissionais liberais e profissionais de docência, com, respectivamente, 28,1%, 22,1% e 14,8% do total. Os dados da Tabela 4 chamam atenção para o fato de que alguns grupos profissionais estão sub-representados nas disputas eleitorais para o Executivo das capitais, podemos perceber isto entre os empresários rurais, profissionais manuais e profissionais intelectuais, onde a participação é muito pequena.

Com relação aos profissionais da política e profissionais liberais, que são as categorias mais representativas no universo dos vencedores, devemos fazer algumas considerações. Ao longo da história política do Brasil, o grupo dos profissionais liberais tem sido uma das principais fontes de abastecimento do mercado político, isto significa dizer que ser médico, dentista, advogado, engenheiro, veterinário etc, são as principais profissões que podem ajudar o candidato a inserir na elite. Nos sete casos encontrados no grupo dos profissionais liberais podemos encontrar advogados, com quatro casos, engenheiro, médico e veterinário, com um caso cada profissão.

O ponto de destaque dos dados apresentados é o predomínio do advogado entre os eleitos para o cargo de prefeito das capitais. Os estudos sobre recrutamento dos membros da elite constatam que o bacharel em Direito é encontrado com frequência no interior dos seletos grupos políticos (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2008; FELISBINO, 2007; RODRIGUES, 2006, 2002a, 2002b; MESSEMBERG, 2002). De acordo com Messenberg (2002, p. 60), "(...) não é, de forma alguma, um traço recente na vida política brasileira. Desde o império observa-se na elite política do país a supremacia de pessoas cuja formação comum em Direito fortaleceu sobremaneira a construção de certa homogeneidade interna, tanto em termos ideológicos quanto de interesses e habilidades". Quanto a isto, Max Weber já alertava para o predomínio do curso de bacharel em Direito entre os atores envolvidos com a política (WEBER, 1993). Acredita-se que uma possível explicação para uma participação acentuada de candidatos com curso de Direito (no total foram 17 casos) é que as atividades desempenhadas no interior dos poderes da República, sejam eles

o Executivo, Legislativo ou Judiciário, precisam estar de acordo com os preceitos jurídicos e para isto os eleitos precisam ter bons conhecimentos na área jurídica.

Os dados mais interessantes referem-se aos que estão no seio do grupo dos profissionais da política, pois entre os vencedores o percentual é de 38,5%, onde, oito casos são prefeitos (que buscavam a reeleição), um deputado federal e um deputado estadual. Concorde-se com Perissinotto e Miríade (2008) quando eles afirmam que “(...) o mais importante atributo para se passar da condição de candidato à condição de eleito consiste em já ser ou já ter sido político” (p. 12). Isto significa que a probabilidade de ser eleito é muito grande, uma vez que, o capital político pode contar um pouco a mais que outros atributos sociopolíticos.

O último atributo sociopolítico a ser apresentado e discutido é a experiência na atividade executiva dos concorrentes. Dos 26 eleitos, 21 passaram pelo poder Executivo e os cargos ocupados por eles foram de governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito. O mais interessante foi saber que alguns eleitos foram governadores ou vice-governadores, isto deixa claro, pelo menos até o momento, que os governadores e até mesmo os vice-governadores procuram candidatar-se a prefeitura da capital (relembra o caso do ex-governador Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho do Estado de São Paulo). Também importa ressaltar que os 21 eleitos já conhecem a natureza da relação Executivo-Legislativo e por isto sabem como negociar e manter uma boa relação com os outros atores, principalmente com o chefe do Executivo do Estado. Com relação ao grupo dos perdedores, 14 membros tiveram algum mandato executivo e os postos ocupados por eles foram os mesmos dos eleitos.

Gasto com campanha e bens patrimoniais

A última característica sociopolítica a ser discutida é o gasto com campanha e o tamanho do patrimônio dos membros dos dois grupos. Essas variáveis não são comuns nos estudos sobre o recrutamento, mas hoje temos que incluí-las na análise das fontes de recrutamento dos membros das elites, pois elas podem

indicar os padrões ou tendências na formação do gasto e no patrimônio dos membros da classe política.

Os estudos dos gastos em campanha e dos bens patrimoniais dos membros das elites ainda são incipientes, mas alguns estudiosos que se dedicam a esse tema revelam informações importantes. Atualmente, Perissinotto e Miríade (2008), Felisbino (2007), Rodrigues (2006) e Rodrigues (2002) são os poucos estudiosos que se dedicaram a estudar os gastos com campanha e tamanho do patrimônio dos integrantes das elites sob diferentes ângulos.

Começando pelo gasto com campanha, os dados apresentados dizem respeito ao limite de gasto, ou seja, quanto que um candidato gastaria na sua campanha. Também importa dizer que este trabalho reconhece que o montante declarado pelo candidato pode não refletir completamente a quantia de fato usada, isto significa dizer que um candidato poderia dizer x, mas no final das eleições ele gastou x+ ou x-. Embora os dados apresentados sejam imprecisos o importante é conhecer o quanto eles poderia gastar com suas campanhas.

É amplamente sabido que qualquer disputa eleitoral, seja ela na esfera nacional ou subnacional, é muito cara para o bolso do candidato. Samuels (2006) reconhece que as eleições no Brasil são extremamente caras e segundo ele alguns fatores influenciam isto: i) nas eleições para o poder Legislativo, o sistema eleitoral adotado no Brasil (representação proporcional com lista aberta) proporciona altos custos nas campanhas, ii) após o processo de redemocratização a competição entre os candidatos são mais acirradas, pois cresceu muito o número de concorrentes e, conseqüentemente, aumenta os gastos com campanha e iii) com partidos fracos na arena eleitoral, o candidato precisa montar uma estrutura que possa obter uma maior quantidade de recursos financeiros para pagar os altos gastos de campanha. Segundo o autor, esses fatores contribuem para o encarecimento das disputas eleitorais e aqueles candidatos que não têm condições econômicas e possuem dificuldades em obter recursos financeiros são os mais afetados nas disputas eleitorais.

Feito os comentários acima e seguindo o raciocínio de Leôncio Martins Rodrigues no seu estudo sobre o patrimônio de 401 deputados dos principais partidos (PSDB, PFL, PMDB, PPB, PT e PDT) da 51ª Legislatura (1999-2003)

da Câmara dos Deputados, neste trabalho, o gasto com campanha foi distribuído em uma escala de sete faixas com possíveis gastos eleitorais, cujos valores estão expressos em Reais: i) Baixo-baixo: menos de 50 mil, ii) Baixo: de 50 a menos de 200 mil, iii) Médio-baixo: de 200 mil a menos de 500 mil, iv) Médio-alto: de 500 mil a menos de 1 milhão, v) Alto: de 1 milhão a menos de 2 milhões, vi) Alto-alto: de 2 milhões a menos de 5 milhões e vii) Super-alto: acima de 5 milhões. Apoiado na escala, a Tabela 5 mostra a distribuição dos gastos com campanha nos grupos dos vencedores e perdedores.

Tabela 5
Distribuição dos gastos com campanha por grupo
Eleições municipais, 2008

Gastos com campanha	Grupos	
	Vencedores	Perdedores
Baixo-baixo	-*	10,7% (16)
Baixo	-	12,1% (18)
Médio-baixo	-	8,1% (12)
Médio-alto	-	8,1% (12)
Alto	7,7% (2)	13,4% (20)
Alto-alto	42,3% (11)	26,8% (40)
Super-alto	50,0% (13)	18,8% (28)
Não se aplica	-	2,0% (3)
TOTAL	100,0% (26)	100,0% (149)

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas webs citadas na Introdução.

Obs.: * Sinal para indicar N e % igual à zero.

O que se percebe de imediato é que para ser eleito prefeito de uma capital, o candidato precisa gastar muito na campanha eleitoral. Quanto a esse ponto, vale a pena notar que boa parte dos vencedores está nas faixas de Super-alto e Alto-alto, com, respectivamente 50,0% e 42,3% do total, em seguida vêm Alto, com somente dois casos do total. O mesmo se pode observar no grupo dos perdedores, a maioria está entre Alto-alto e Super-alto, com 26,8% e 18,8% do total, respectivamente. No mesmo grupo também há pessoas que apresentaram um gasto de menos de 50 mil Reais (16 casos) e a probabilidade de um deles vencer uma disputa eleitoral é pequeníssima. Noutras palavras, aqueles que não apresentam recursos financeiros suficientes para manter uma disputa eleitoral de alto nível não conseguem obter bons resultados. Vejamos o caso da candidata Anaí Caproni (PCO), que declarou um gasto de R\$ 40.000,00

e ela ficou em último lugar na corrida eleitoral para prefeitura da capital de São Paulo, com apenas 1.656 votos válidos. Resumindo: o dinheiro conta muitíssimo nas disputas eleitorais.

Para uma pessoa disputar uma eleição, ela tem que apresentar ao Tribunal Regional Eleitoral uma declaração patrimonial. Essa exigência decorre da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, artigo 11, § 1º, inciso IV, pois ela determina que no momento do registro da candidatura, a pessoa é obrigada a entregar, junto com outros documentos necessários, uma declaração de seus bens ao Tribunal Regional Eleitoral. É importante ressaltar que essa determinação já constava em outras leis eleitorais, até mesmo no Código Eleitoral de 1965, instituído pelo presidente da República general Castelo Branco, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, artigo 94, § 1º, inciso VI, mas nunca era colocada em prática. Com a Lei nº 9.504 e com a boa vontade dos funcionários dos Tribunais Regionais Eleitorais de disponibilizarem as declarações de bens, alguns estudiosos puderam dedicar-se ao tema e os resultados obtidos deram origem a vários estudos que abriram a caixa preta.

Seguindo o mesmo modelo da escala anterior, o patrimônio também foi dividido em sete faixas, com valores igualmente expressos em Reais: i) Baixo-baixo: menos de 50 mil, ii) Baixo: de 50 a menos de 200 mil, iii) Médio-baixo: de 200 mil a menos de 500 mil, iv) Médio-alto: de 500 mil a menos de 1 milhão, v) Alto: de 1 milhão a menos de 2 milhões, vi) Alto-alto: de 2 milhões a menos de 5 milhões e vii) Super-alto: acima de 5 milhões. Para complementar a escala patrimonial criou-se um grupo socioeconômico para cada faixa, vejamos: Baixo-baixo, grupo socioeconômico D, Baixo, C, Médio-alto e Médio-baixo, B, e Super-alto, Alto-Alto e Alto, A. Ao classificarmos os vencedores e os perdedores por faixa de patrimônio declarado também podemos identificar quais foram os grupos socioeconômicos que constituíram as bases de recrutamento dos candidatos. As tabelas abaixo apresentam a distribuição das faixas patrimoniais (Tabela 6) e os grupos socioeconômicos dos universos analisados (Tabela 7).

Tabela 6
Distribuição do patrimônio por grupo
Eleições municipais, 2008

Tamanho do patrimônio	Grupos	
	Vencedores	Perdedores
Baixo-baixo	3,8% (1)	15,4% (23)
Baixo	-*	24,1% (36)
Médio-baixo	30,8% (8)	18,1% (27)
Médio-alto	23,1% (6)	18,1% (27)
Alto	7,7% (2)	8,1% (12)
Alto-alto	23,1% (6)	2,7% (4)
Super-alto	11,5% (3)	3,4% (5)
Não se aplica	-	10,1% (15)
TOTAL	100,0% (26)	100,0% (149)

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas *webs* citadas na Introdução.

Obs.: * Sinal para indicar N e % igual à zero.

Tabela 7
Distribuição da condição socioeconômica por grupo
Eleições municipais, 2008

Condição socioeconômica	Grupos	
	Vencedores	Perdedores
A	42,3% (11)	14,2% (21)
B	53,9% (14)	36,2% (54)
C	-*	24,1% (36)
D	3,8% (1)	15,4% (23)
TOTAL	100,0% (26)	89,9**% (149)

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas *webs* citadas na Introdução.

Obs.: * Sinal para indicar N e % igual à zero. ** 10,1% (15) referem-se a categoria Não se aplica.

No geral, o exame do patrimônio revela que a maioria dos candidatos declarou ser dono de um patrimônio que está entre as faixas Baixo-baixo (menos de 50 mil) e Médio-alto (de 500 mil a menos de 1 milhão). Dos 26 vencedores, 30,8% possuem um patrimônio Médio-baixo, depois vêm Médio-alto, Alto-alto, Super-alto, Alto e Baixo-baixo, com, respectivamente, 23,1%, 23,1%, 11,5%, 7,7% e 3,8% do total. A Tabela 6 informa que somente três vencedores declararam um patrimônio acima de 5 milhões e o mais abastado foi Márcio Araújo de Lacerda, eleito prefeito de Belo Horizonte pelo PSB. Márcio Lacerda, como é conhecido na política, declarou ser dono de um patrimônio de R\$ 55.525.721,85 e foi o maior patrimônio dentre os vencedores e perdedores para Prefeitura das capitais, ficando na frente do veterano Paulo Salim Maluf, que declarou um patrimônio no valor de R\$ 39.185.531,48. Ainda a Tabela 6

informa que somente um eleito, aqui eleita, declarou que possui menos de 50 mil Reais e essa foi Luizianne de Oliveira Lins, eleita prefeita da capital de Ceará pelo PT, que revelou um patrimônio de R\$ 33.448,22.

Com relação à Tabela 7, a maioria dos vencedores está nos grupos B, com 53,9%, e A, com 42,3%. Ao classificarmos os vencedores por condição socioeconômica é possível saber quais grupos constituem as bases de recrutamento dos membros da elite local e nesse caso os grupos A e B serviram de viveiro para formação dos membros da elite local. Isto significa que as chances de se eleger prefeito de uma capital aumentam se o postulante pertencer aos grupos A e B. Já os concorrentes que não obtiveram êxito na disputa eleitoral estão praticamente distribuídos nos quatro grupos socioeconômicos.

Para terminar e dando destaque ao grupo dos vencedores, seria interessante realizar uma pequena comparação entre as variáveis tamanho do patrimônio e gasto com campanha para verificar se poderia existir uma simples relação entre o valor patrimonial e gasto. A Tabela 8 tem este objetivo.

Tabela 8
Tamanho do patrimônio versus gasto com campanha
Eleições municipais, 2008

Tamanho do patrimônio		Gastos com campanha	
Baixo-baixo	3,8% (1)	Baixo-baixo	-
Baixo	-	Baixo	-
Médio-baixo	30,8% (8)	Médio-baixo	-
Médio-alto	23,1% (6)	Médio-alto	-
Alto	7,7% (2)	Alto	7,7% (2)
Alto-alto	23,1% (6)	Alto-alto	42,3% (11)
Super-alto	11,5% (3)	Super-alto	50,0% (13)
TOTAL	100,0% (26)	TOTAL	100,0% (26)

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas *webs* citadas na Introdução.

Os dados assim distribuídos permitem dizer que pode existir uma relação entre as variáveis. A tabela sugere que o crescimento do patrimônio e, conseqüentemente, do gasto com campanha aumenta as chances do candidato obter sucesso nas disputas eleitorais para o cargo de prefeito de capital. Todavia para ter certeza seria necessário utilizar de outros métodos estatísticos,

por exemplo, a regressão, para confirma tal relação, mas a simples comparação dos dados expostos na tabela cima permite constatar isto.

Alguns comentários

O que se pode concluir parcialmente a partir do exame das características sociopolíticas dos vencedores e perdedores ao cargo de prefeito das capitais? Os resultados e as discussões empreendidas ao longo deste trabalho mostram que as características apresentam uma homogeneidade sociopolítica no interior dos dois grupos analisados. Também se verificou que o recrutamento dos eleitos apresenta um caráter elitista do ponto de vista do *status* social, profissional e grupo socioeconômico. Com esta constatação, podemos dizer que não há diferenças significativas entre os vencedores e perdedores, o que existe é uma uniformidade das características sociopolíticas entre os dois grupos.

Os resultados e as discussões empreendidas ao longo do texto pode-se dizer que as características sociopolíticas que aqui foram discutidas servem de base para a formação do político profissional que, por sua vez, permite traçar o protótipo do membro da elite local: homem, com idade entre 40 e 49 anos, do Estado/mãe, com diploma de nível superior, diz ser profissional da política ou intelectual, terá um gasto com campanha que oscila entre Super-alto e Alto-alto, tem um patrimônio que está entre Médio-baixo e Alto-alto, desempenhou várias atividades de mando no Executivo e pertence ao grupo socioeconômico A ou B.

Vimos que a forma como os dados foram apresentados e discutidos, tornou o texto descritivo e as informações apresentadas não são conclusivas a respeito do objeto aqui estudado. Seria necessário utilizar de outros métodos de pesquisa e estatístico que possam refinar as informações aqui discutidas. Dada à importância do município e do prefeito na nova ordem constitucional, é interessante pensar em uma agenda de pesquisa sobre o processo de recrutamento dos membros da elite local, pois isto poderia melhorar o entendimento sobre o sistema político brasileiro.

Referências bibliográficas

- ABRÚCIO, Fernando. L. e FRANZESE, Cibele (2007). “Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil”. Em ARAÚJO, Maria de Fátima e BEIRA, Lígia (orgs.). Tópicos de economia paulista para gestores públicos, SP, Fundap.
- ARAÚJO, Clara (2006). “Condicionantes institucionais das políticas de cotas”. Em Reforma política: lições da história recente, SOARES, Glauco Ary D. e RENNÓ, Lúcio R. (orgs.), RJ, Editora FGV, 1º Edição.
- ARRETCHE, Marta (2002). “Relações federativas nas políticas públicas”, Campinas, Revista Educação & Sociedade, vol. 23, nº 80.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988).
- FELISBINO, Riberti de A. (2007), Origem social, perfil de carreira e patrimônio: um estudo da elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos.
- LEI nº 9.504, de 30 de setembro, (1997).
- LEI nº 9.100, de 29 de setembro, (1995).
- LEI nº 4.737, de 15 de julho, (1965).
- MAINWARING, Scott P. (2003), Sistemas partidários em novas democracias: O caso do Brasil, RJ/RS, Editora FGV/Mercado Aberto.
- _____ (1993), “Democracia presidencialista: o caso do Brasil”, SP, Revista Lua Nova, nº. 28/29.
- MESSEMBERG, Débora (2006). A elite parlamentar brasileira (1989-2004), Trabalho apresentado na 30º Encontro anual da ANPOCS.
- _____ (2002). A elite parlamentar do pós-constituinte: atores e práticas, SP, Editora Brasiliense, 1º Edição.
- MOTA JR., Vidal D. (2002). “A criação de pequenos municípios como um fenômeno da descentralização política: o caso de Itaoca (SP)”, Dissertação de Mestrado, São Carlos, UFSCar.
- PERISSINOTTO, Renato M. e MIRÍADE, Angel (2008). Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em

2006. Trabalho apresentado na 32º Encontro da ANPOCS, Caxambu (MG), 2008.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (1996). Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, Brasília, PNUD/IPEA.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (2006), Mudanças na classe política brasileira, São Paulo, Editora PubliFOLHA.
- _____ (2002a), Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, São Paulo, Editora Edusp.
- _____ (2002b), Partido, ideologia e composição social, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº 4, fevereiro.
- RODRIGUES, Fernando (2006), Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e as ascensão daqueles que exercem o poder, São Paulo, Editora PubliFOLHA.
- SOUZA, Celina (2004). Governos locais e gestão de políticas sociais universais. Revista São Paulo em Perspectiva, 18 (2), p. 27-41.
- SANTOS, Fabiano (2003), O poder Legislativo no presidencialismo de coalizão, BH/RJ, Editora UFMG/IUPERJ.
- SILVA, Benedicto (1995). Teoria das funções municipais. Textos de administração Municipal, RJ, 2, IBAM, 2º Edição.
- SAMUELS, David (2006). "Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma". Em Reforma política: lições da história recente, SOARES, Glauco Ary D. e RENNÓ, Lúcio R. (orgs.), RJ, Editora FGV, 1º Edição.
- SERRA, José (1997). O novo município. Brasília, Senado Federal.
- WEBER, Max (1993), Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos, Rio de Janeiro, Editora Vozes.